NA CIDADE DE SÃO PAULO EM MEADOS DO SÉCULO 19

Sênia Bastos
Universidade Anhembi-Morumbi

...o imigrante pode ser esquecido como tal pela sociedade de emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado com o nome de imigrante.

Abdelmalek Sayad[1]

Embora a historiografia aponte a preferência dos portugueses pela cidade do Rio de Janeiro,[2] este estudo analisa os portugueses na cidade de São Paulo em meados do século 19, principalmente os que se dedicaram às atividades de caixeiro e negociante.

As fontes analisadas resultam da efetivação da legislação, quer municipal quer estadual, mais especificamente as declarações de imigrantes, as cartas de naturalização, os pedidos de alvarás e licenças, as listas de proprietários de negócios, correspondências e dados censitários custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz e pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.[3]

---

1 SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 14.

2 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001; MENEZES, Lená Medeiros de. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, história de fracassos. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.

3 Fontes: Cartas de naturalização. Manuscritos, ordem 248, 1833-1874, ordem 868, 1886-1889; Declaração de estrangeiros. Manuscritos, ordem 252, 1833; Registro de

Resultante de leis que têm por objetivo, dentre outros, a normatização e controle da sociedade oitocentista, séries documentais são interrompidas em virtude de novas leis, que determinam outras modalidades de registro, como destaca Silva (1990) ao abordar a diversidade e variedade das fontes brasileiras. Tais dificuldades são acrescidas da precariedade do estado de conservação e de restrições de acesso aos documentos (em muitos casos, decorrentes da ausência de estudos sobre o teor dos documentos reunidos nos fundos documentais e, conseqüentemente, da divulgação da informação) etc.

Dados censitários são fundamentais para o estudo. Embora apresentem falhas e imprecisões, permitem um mapeamento dos portugueses no Brasil e, mais especificamente, na então província de São Paulo. Ressalte-se, todavia, que os primeiros dados censitários oficiais que contemplam dados sobre imigração para o Brasil datam de 1872. Há que se considerar ainda que, pelo fato de dominarem o idioma, os portugueses nem sempre foram considerados estrangeiros, não sendo incorporados à documentação com essa especificidade, visto que nesse período define-se como estrangeiras "todas as pessoas que viviam no Brasil e não falavam português". Outro dado a complicar os estudos "foi o fato de não se considerarem até muito recentemente os portugueses como imigrantes e ainda a prática de classificar grupos minoritários como 'outros' ou 'outras nacionalidades'".[4]

Acrescente-se o fato de que muitos entravam de forma clandestina e furtavam-se aos controles oficiais.[5] Leite (2001) aponta as situações de endivi-

---

estrangeiros da cidade de São Paulo: declaração de nacionalidade, religião e estado civil. Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo com registros de 1833 a 1858; Papéis Avulsos. Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, 1866. v. 1.

4 SILVA, Hernán Asdrúbal. Introducción General. In: *Inmigración y estadísticas en el Cono Sur de América*: Argentina, Brasil, Chile e Uruguay. Serie Inmigración. Organización de los Estados Americanos. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1990. p. 90. v. VI.

5 LOBO, 2001; RODRIGUES, Henrique. Emigração de Viana do Castelo para o Brasil no século 19 com a emissão de passaporte. In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando. *Portugueses no Brasil*: migrantes em dois atos. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006; RIBEIRO, Gladys Sabina. Perfil do imigrante português nos códices de legitimação e apresentação de passaportes na polícia – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando. *Portugueses no Brasil*: migrantes em dois atos. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

damento dos lusos com os comandantes das embarcações para conseguir a passagem para o Brasil, em virtude da opção repentina pela emigração: "sem tempo nem condições para obterem garantias de viagem e acolhimento, entregando-se nas mãos de comandantes das embarcações. Ao ter sua dívida negociada pelo novo patrão, reduzia-se o poder de decisão sobre o destino a ser adotado no novo país, evadindo-se ao controle e à apresentação de documentos".

No que se refere à historiografia sobre imigração portuguesa, Lobo (2001, p. 11) destaca a concentração de estudos relativos à "época dos descobrimentos, da colonização e da independência, quanto o português desempenhava o papel hegemônico no Brasil, provendo os quadros intelectuais, administrativos, religiosos e militares, quase monopolizando a propriedade da terra, controlando o comércio e o artesanato".

Ao tratar do Rio de Janeiro, Menezes (2000, p.164) afirma que o estudo da imigração portuguesa "significa também, mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio, destino mitificado para todos aqueles que acalentavam sonhos de promoção social além-mar".

A atuação de portugueses no comércio tem sido apontada em pesquisas que analisam os passaportes[6] ou os códices cariocas.[7]

Estudos sobre a cidade de São Paulo durante o século 19, que têm privilegiado inventários e testamentos de seus moradores, evidenciam a atuação de portugueses no comércio,[8] todavia, não se localizam estudos específicos sobre portugueses na capital paulista oitocentista.

A partir da década de 1850 observa-se que o incentivo ao ingresso de portugueses no Brasil decorre do interesse de introduzir no Brasil mão-de-obra li-

---

6 RODRIGUES, 2006; ver também FERRARIA, Maria José. A emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1880-1882): preliminares de um estudo. In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando. *Portugueses no Brasil*: migrantes em dois atos. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

7 RIBEIRO (2006, p. 58) sugere que o Códice constitui "uma espécie de 'censo' forçado para os que chegavam oficialmente ou para os que se viam obrigados pelas circunstâncias a se apresentarem às autoridades [Polícia]". Infere-se uma estreita aproximação do Códice ao livro de declaração de imigrante, quer pelos campos existentes, quer pela finalidade.

8 ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006; OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém*: relações sociais e a experiência da urbanização. São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

vre, de forma a substituir a escrava.[9] Ao que Ribeiro (2006, p.77) sugere estreita semelhança na faixa etária dos desembarcados de origem portuguesa e africana: "desembarcavam meninos, adolescentes ou jovens adultos no Rio de Janeiro".

METODOLOGIA DA PESQUISA

Os dados relativos aos portugueses presentes nas fontes analisadas foram reunidos em um banco de dados (Access) de forma a contemplar: origem, data de chegada ao Brasil e de transferência à cidade de São Paulo, data de naturalização, profissão ou atividade exercida e endereço. Eventuais informações declaradas foram incorporadas, por meio do detalhamento de bens pessoais ou profissionais, estado conjugal e religiosidade.

Tais fontes foram agrupadas em três grupos. Os dois primeiros destinam-se a identificar os portugueses que residiam na cidade de São Paulo; dessa forma foram analisadas as declarações de estrangeiros: 34 registros referentes ao período 1833-1870,[10] acrescidos de 470 registros relativos ao período 1842-1855.[11] O segundo grupo de documentação apresenta natureza próxima ao primeiro; trata-se dos livros de naturalização de imigrantes que possibilitaram identificar 242 registros referentes ao período 1883-1887[12] e 27 regis-

9 LOBO, 2001; WITTER, José Sebastião. O imigrante na sociedade brasileira. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo: Museu Paulista, n. 3-4, 1994/1995.

10 Destacam-se imigrantes provenientes da Alemanha (6), Açores (1), Ilha da Madeira (2), Portugal (16), França (2), Itália (1), Inglaterra (2) e Prússia (4).

11 O registro de estrangeiros contempla a data do registro, nome, nacionalidade, idade, estado civil, biótipo, ocupação, endereço, data da chegada a São Paulo, data da chegada ao Brasil, nome da embarcação, tempo de permanência na cidade, proveniência, dados relativos à família, idade com que imigrou e alfabetização. No período 1842-1855, contempla 124 folhas preenchidas, com 470 registros de imigrantes provenientes da Alemanha (74), Açores (31), Amsterdã (2), Argentina (3), Bélgica (3), Cabo da Boa Esperança (1), Dinamarca (3), Escócia (1), Espanha (10), Estados Unidos (2), França (47), Holanda (1), Hungria (1), Ilha da Madeira (5), Inglaterra (8), Irlanda (1), Itália (4), Prússia (50), Portugal (221), Suíça (1) e Uruguai (1).

12 A declaração de estrangeiro contempla data do registro, nome, nacionalidade, religião, idade, estado civil, profissão, identificação de filhos, data da carta. O livro referente ao período 1883-1887 reúne 242 registros e permite identificar os principais

tros correspondentes ao período 1886-1887.[13] Mediante a identificação dos portugueses, o terceiro grupo de documentos corresponde ao livro de alvarás e licenças de funcionamento,[14] que contempla 874 registros relativos ao período 1873-1878, bem como a uma lista de proprietários de negócios relativa a 1866,[15] que totaliza 803 registros.

A sistematização dessas informações permitiu acompanhar a trajetória pessoal dos imigrantes, por meio de cruzamentos de dados, de forma a reconstruir as atividades econômicas e a perceber os diferentes papéis desempenhados na sociedade paulistana de meados do século 19.

Há que se destacar, todavia, o cuidado relativo à inferência de sucesso econômico advinda da constatação da presença de portugueses nas listas de pagamentos de impostos para o exercício de profissão e de alvarás de funcionamento de estabelecimentos comerciais. Para precisar o percurso econômico associado à *performance* econômica dos lusos na cidade, tais dados devem ser cotejados aos respectivos inventários.

Nos 89 inventários analisados por Oliveira (2005, p.216) foram identificados 49 negociantes, dos quais vinte provenientes de Portugal: "o comércio da cidade de São Paulo mostrava-se fortemente marcado pela presença de estrangeiros, sobretudo portugueses ... Abrir um negócio era uma via de inserção para os recém-chegados à cidade, sobretudo aqueles que possuíam um ofício".

A CIDADE DE SÃO PAULO

Witter (1994/1995) destaca a correlação entre a manumissão gradativa dos escravos e a política imigratória de introdução de mão-de-obra livre no

---

grupos étnicos presentes na cidade: africano (1), alemão (62), argentino (1), austríaco (9), belga (1), dinamarquês (1), espanhol (3), francês (4), inglês (6), italiano (58), grego (1), norte-americano (2), português (88), prussiano (1) e suíço (5).

13 O livro contempla os mesmos campos do anterior e observam-se registros de imigrantes provenientes da Alemanha (6), Áustria (1), Grécia (1), Itália (6), Portugal (9) e Suíça (4).

14 Cada registro contempla data, nome, profissão/indústria e endereço.

15 A relação contempla dados relativos a freguesia, endereço, tipo de negócio e nome.

país, acarretando modificações na sociedade e na vida urbana. Ao tratar a cidade do Rio de Janeiro, Ribeiro (2006) aponta a intensa convivência e disputa por postos de trabalho entre imigrantes portugueses, africanos livres, escravos e libertos, na luta pela sobrevivência cotidiana.

Com 31.385 moradores, dos quais 1.859 imigrantes,[16] a cidade de São Paulo em 1872 apresentava grande parte de sua população concentrada nas atividades de manufaturas e de serviços, verificando-se a redução da importância da produção agrícola.

Os recenseamentos e inventários apresentam os moradores do núcleo central exercendo várias atividades, tais como: funcionários públicos com loja, dono de estalagem com loja e pasto, militar com comércio de mulas, agricultor com criação e oficina de ferragem. Os mais ricos intermediavam os negócios do Rio Grande do Sul com os do Rio de Janeiro, e os mais pobres ocupavam-se de parte desse empreendimento (Araújo, 2006, p.47).

Os documentos analisados contemplam 773 imigrantes na cidade de São Paulo. Desse universo foram identificados 334 portugueses, 32 açorianos e sete imigrantes oriundos da Ilha da Madeira relativos ao período 1833-1887.

Os registros apontam que a maioria desembarcara no Rio de Janeiro (152) estando o litoral paulista (57) em segundo lugar. Destaca-se que os dados permitem inferir um movimento interno, quer na província de São Paulo (8) quer em outras províncias, das quais se destacam Minas Gerais (4), Rio Grande do Sul (1) e Santa Catarina (1). Identifica-se o tempo que o imigrante levou até deslocar-se para a cidade: 31 se dirigiram a São Paulo assim que chegaram ao país, e 62 levaram até cinco anos para se estabelecer nesta capital.

Lobo (2001, p.21) destaca a preferência urbana dos lusos: nas cidades poderiam realizar atividades artesanais, manufatureiras e industriais, visto que já se encontravam semiproletarizados.

Uma parcela dos imigrantes era composta de artesãos, de caixeiros e de operários já desligados do campo. Os profissionais liberais e artistas representavam proporção ínfima do total. Geralmente o emigrante, adulto, do sexo masculino, partia individualmente com objetivo de enriquecer rápido e voltar

16 Em 1886, o número de imigrantes salta para 11.007, enquanto o censo de 1890 aponta um total de 64.934 habitantes na cidade (QUEIROZ, Suely Robles Reis. *São Paulo*. Madrid: Mapfre, 1992. p. 173; ARAÚJO, 2006, p. 44).

para a família e a aldeia e reconquistar um torrão do solo natal. O emigrante português não era subsidiado e por isso não trazia família, ao passo que o subsidiado costumava trazê-la.

Encontram-se destacadas na documentação atividades relativas ao ofício de alfaiate (1), barbeiro (1), jardineiro (2), caldeireiro (1), carpinteiro (5), chapeleiro (3), charuteiro (4), cirurgião (1), colono (3), comerciante (13), criado (10), estudante (2), fabricante de tecidos (1), feitor (2), ferreiro (1), funileiro (1), lavrador (11), médico (1), modista (1), negociante (17), padeiro (2), pedreiro (3), pianista (1), pintor (1), professor (4), relojoeiro, sacerdote (2), sapateiro (2), seleiro (2), sem ofício (2), seringueiro (1), tamanqueiro (3), trabalhador (2) e tipógrafo (2). Lourenço (1978) e Araújo (2006) concordam com a tendência de crescimento e diversificação das atividades profissionais na cidade na primeira metade do século 19, a qual é ilustrada por essa gama de ocupações declaradas pelos lusos.

Menezes (2000, p.164) enfatiza o caráter urbano da imigração portuguesa, com especial destaque para atividades relacionadas ao comércio, principalmente no que se refere ao caixeiro e ao negociante: "figuras emblemáticas que se fizeram presentes no espaço urbano ao longo de todo o processo de urbanização".

Nos registros de estrangeiros referentes ao período 1842-1855, dos 148 caixeiros presentes destacam-se três alemães, um inglês, dois prussianos, um proveniente da Ilha da Madeira, dez dos Açores e 131 portugueses, os quais residem, principalmente, nas ruas do Triângulo Histórico.[17]

17 O Triângulo Histórico é formado pelas atuais ruas São Bento, Direita e Quinze de Novembro.

TABELA 1 – Endereço declarado por ocasião do registro de estrangeiros na cidade de São Paulo.

Endereço	Total	%
Bexiga	3	2
Casinhas	6	4
Comércio	25	17
Direita	30	21
Outras	17	11
Pátio da Sé	3	2
Quitanda	21	14
Região do Piques	9	6
Rosário	28	19
São Bento	6	4

Predominantemente solteiros[18] (142 em um universo de 148 caixeiros) e jovens, a faixa etária dos caixeiros girava em torno de vinte anos.[19] Embora se apresente de forma constante, o ingresso de lusos objetivando dedicar-se à atividade de caixeiro se destaca nos anos de 1845, 1846, 1851, 1852 e 1853. Nota-se, no entanto, que tais períodos não representam movimento expressivo de ingresso de portugueses no Brasil, o que permite inferir que constitui reposicionamento no território nacional.

Evaristo de Carvalho Vasques de Mesquita, Luiz Antonio de Moraes, João Jose Duarte Monteiro, Manoel Maria Torenar, João Jose Moreira e José Ribeiro da Costa vieram como caixeiros, mas por ocasião do registro desempenhavam novas atividades, a saber, respectivamente, tipógrafo, negociante, lavrador, funileiro e os dois últimos, comerciantes. Antonio Teixeira de Carvalho, também caixeiro inicialmente, por sua vez, em 1866, declarou-se proprietário de uma casa de comissões na rua Direita e de uma casa de secos e molhados na rua do Arouche.

- Aurelio Joaquim de Souza Fernandes, também proprietário de uma casa de comissões na Rua do Comércio em 1866, chegara à cidade em

18 Foram identificados 142 solteiros e quatro casados, e dois nada declararam.

19 Essa semelhança também é apontada para a cidade do Rio de Janeiro por MENEZES (2000), LOBO (2001) e RIBEIRO (2006).

1840 e já se localizava nesse mesmo endereço em 1851, com casa de negócios.

- Antonio Francisco Troviscal migrou como caixeiro com 21 anos, solteiro, estabelecendo-se na rua do Comércio 32; ao requerer sua naturalização em 1887, com 56 anos, encontrava-se casado. Proprietários de negócios de secos e molhados em 1866, Jose Antonio Dias Teixeira requereu sua naturalização em 1870, e Francisco Pires, em 1887.
- Miguel Antonio Chaves, Jose Antonio Dias Teixeira, Joaquim Jose Coimbra, João Jose Rodrigues, Joaquim de Souza e Silva, Francisco Pinto Silvares, Francisco Pires, Felix de Alceo Pereira Coutinho, Antonio dos Santos Azevedo tinham em comum a propriedade de um negócio de secos e molhados em 1866.
- Hilario Pereira Magro detinha uma hospedaria na rua do Carmo e bilhares no Pátio do Colégio em 1866, embora tenha se estabelecido inicialmente como criado em 1853, na rua São José, 39.
- Joaquim Jose de Souza Bastos, Jose Joaquim da Cruz e Joaquim Moreira d'Almeida eram proprietários de lojas de fazendas, sendo que os dois primeiros declararam-se caixeiros logo que se estabeleceram na cidade, e o último, comerciante.
- Manoel Francisco da Silveira, estabelecido com uma cocheira em 1866, chegou à cidade como estudante em 1852, com 20 anos.

Apesar de muitos fracassos, histórias de sucesso permaneciam sendo contadas e recontadas em pequenas aldeias e cidades do interior. Afinal, casos exemplares, ao trazerem o mito à terra, reinventando-o, incentivavam novos fluxos, dando corpo a toda a história da imigração. Graças ao exemplo dado por determinados indivíduos, o imaginário encontrava campo para florescer, legitimando o processo de busca da fortuna no outro lado do Atlântico (MENEZES, 2000, p. 175).

O cruzamento dos registros permite inferir a mobilidade social ascendente que muitos vivenciaram, atraindo novos imigrantes para a cidade. Todavia, constituir-se proprietário de um negócio era empreitada movediça, visto que a melhor modalidade de investimento desse período, segundo Oliveira (2005), era a diversificação de atividades e a aquisição de bens de raiz.

Neste estudo foi possível acompanhar a trajetória de 34 portugueses, dos quais quatro naturalizaram-se brasileiros: Antonio Francisco Troviscal (53 anos), Francisco Pires, Jose Antonio Dias Teixeira e Jose da Costa Ribeiro (54 anos). Cabe aprofundar a análise dos seus percursos por meio da incorporação dos inventários, de forma a perceber se houve a consolidação da mobilidade ascendente que a documentação sugere.